



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '13'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

-----Mandato 2013/2017-----

-----ATA NÚMERO DEZANOVE-----

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e dezassete reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, sob a presidência de Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Abílio Batista Maia Evaristo, 1.º Secretário e por José Albino Prodêncio que substituiu a 2.ª Secretária que à hora de início dos trabalhos não estava presente. -----

Estiveram presentes os seguintes Deputados Municipais: -----
Berta Augusta Teixeira Vilhena Carneiro de Carvalho; João Carlos Alves Valério; Joni Micael Bento Ledo; Hernani Joaquim Vilares Teixeira; Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias; Pedro Alexandre Morais dos Santos. -----

O Deputado Artur Manuel Pires faltou à sessão. -----

Faltaram, justificadamente: Catarina Maria Mendes de Albuquerque Rodrigues Pizarro de Castro, Maria Isabel da Costa Nunes Cardoso Castro Oliveira; Paulo José Gomes Monteiro Praça. -----

O Deputado Frederico de Sousa Guedes e Silva comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência à AM por motivos de ordem profissional e informou, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 6.º e do n.º 1 do Art.º 9.º do Regimento da AM, da sua substituição pelo elemento a seguir da sua lista – Ânia Raquel Dionísio Teixeira. -----

A Deputada Carla Maria Silva Leite comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência à AM por motivos de ordem profissional e informou, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 6.º e do n.º 1 do Art.º 9.º do Regimento da AM, da sua substituição pelo elemento a seguir da sua lista – Pedro Nuno Esteves de Morais Campilho que, também, informou da impossibilidade de comparecer. Indicou para sua substituição o elemento a seguir na lista – André Marcelino Garcia Ferreira que compareceu à sessão.

Estiveram, também, presentes os seguintes Presidentes de Junta: -----

Maria Isabel Fernandes Videira Gomes; Manuel António Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo; Armindo António Olmo; José Carmino Videira Azevedo; José Luís Teixeira de Almeida; João Jorge Gouveia Garcia; André Alberto Silva Freixo; Natércia da Conceição Silva Fernandes; Alexandra Isabel Mesquita Araújo.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Roios - António João Barros Rodrigues, foi legalmente substituído pela Secretária da Junta de Freguesia – Anabela Bragança Santos. -----

Faltaram os seguintes Presidentes de Junta: Joaquim Filipe Frutuoso Correia, Bruno Augusto Pintinha Maia Evaristo; Fernando Amílcar dos Santos Passeira. -----

O Órgão Executivo esteve representado por: -----

Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. -----

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice – Presidente da CMVF. -----

Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, Vereadora do PS. -----

Fernando Filipe de Almeida, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. -----
Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.
Constatada a existência de *quórum*, o Presidente da Assembleia declarou aberta a 19.ª
Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

Não houve intervenções neste período. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

EMISSÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR. -----

O Presidente da AMVF, informou do recebimento de um Voto de Pesar, entregue pelo Deputado João Valério, pelo falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares (anexo I). Perguntou se alguém desejava intervir e, seguidamente, colocou o voto em votação.-----

VOTAÇÃO -----

Foi aprovado por unanimidade. -----

RECOMENDAÇÕES OU MOÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), apresentou uma Moção: “ Vila Flor e o Tua” (Anexo II). -----

O Presidente da AMVF, colocou a Moção em discussão e passou a palavra ao Presidente da CMVF. -----

O Presidente da CMVF, informou que este ano se comemoram os 130 anos da Linha do Tua e o que resta dela. Recordou que o troço entre Mirandela e Bragança terminou em 1991 numa célebre noite em que Bragança ficou cercada para que as locomotivas fossem desviadas para outro local do País. Dessa linha, o único trajeto que nunca deixou de operar foi o troço que liga o Cachão a Carvalhais/Mirandela, através do metro. Tal como refere no seu relatório, o troço entre Abrunheda e Mirandela, vai ser das poucas linhas estreitas que ainda existem no País e dentro de dias irá sair uma reportagem, feita pela Agência Lusa, cujo título será: “ O Tua perde uma linha e ganha dois comboios”, o que quer dizer que hoje todos nós sabemos que irá haver um comboio no Tua através do projeto de mobilidade turístico e quotidiano. Acrescentou que esse projeto não tem sido fácil de implementar, a própria linha é única no que concerne ao facto de ser explorada por um privado e não haver legislação que suporte, que regulemte isso. Tal projeto só foi possível porque as cinco Câmaras se entenderam, partindo de patamares diferentes, mas conseguindo chegar a uma posição conjunta, mesmo havendo algumas divergências nas reuniões. Afirmou, tal como já teve oportunidade de afirmar nas reuniões da *Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua*, que nunca concordou nem poderá concordar com o facto de a Estação do Vieiro se chamar “Abreiro”, mas essa questão é bastante antiga e é de opinião que num período em que se precisa de concertação entre as Câmaras, talvez não fosse boa ideia sugerir que deixasse de ser “Estação de Abreiro” mas que incluísse o nome do Vieiro. Disse estar solidário com o que fosse decidido pela AMVF, mas quis sublinhar a delicadeza das negociações, a importância da união entre as Câmaras e com uma posição demasiado rígida, a CM Mirandela poderá não aceitar muito e conseqüentemente levar a ruturas. O projeto de mobilidade é uma realidade mas ainda há muito caminho a percorrer e talvez agora se esteja no ponto mais crítico,

sendo necessária a solidariedade entre todos. Recordou que a linha que resta atravessa três Concelhos: Carrazeda de Ansiães, Vila Flor e Mirandela. -----

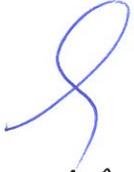
O Presidente da AMVF, disse concordar em absoluto com a Moção, mas considera que a questão do nome poderá vir a ser um problema e para que não haja confrontos e problemas entre Concelhos vizinhos, parece-lhe que a exigência mais razoável a ser feita passará pela inclusão de Vieiro na atual denominação e assim pudesse ficar com o nome de “Estação de Abreiro/ Vieiro” ou “Estação de Vieiro /Abreiro”. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), deixou algumas notas sobre a questão. Em primeiro lugar referiu que a linha funcionou durante mais de 120 anos e durante esse tempo não seria possível alterar o nome porque a linha não era da responsabilidade das CM ou da *Agência Regional do Vale do Tua*. Atualmente a linha é nossa, fazemos o que entendemos e aquilo que a *Agência Regional do Vale do Tua* consensualmente decidir. Existe a possibilidade de fazer alterações sem estar sujeito a decisões do Conselho de Ministros. -----

Nessa linha, dos três apeadeiros existentes, dois têm o nome das localidades onde estão situados e um deles, ao longo de muitos anos, não teve essa tradição. Considera que os três apeadeiros da linha deverão ser encarados como portas de entrada para os turistas, dada a importância, divulgação e investimento que implica o plano de mobilidade. Quando se refere à “Estação do Vieiro”, fá-lo porque atualmente é possível, legalmente, mudar o nome, é uma questão de justiça e Mirandela não deverá levantar qualquer poeira sobre o assunto, por uma questão de bom senso. Por outro lado, quando fala da requalificação da zona envolvente à estação, vai para além da história, pois existe uma paisagem fantástica, com uma relevância importantíssima ao nível da localização que daria uma zona de lazer espetacular. Referiu-se à importância da “Foz do Sabor” em termos turísticos e de como poderia ser criada uma zona de lazer, semelhante para Vila Flor, onde fosse possível ter os produtos (vinho, azeite, pão, amêndoa, queijo, mel) para que os turistas os adquirissem. Para si, caso não se aproveite a oportunidade, ficaremos “a ver passar o comboio”, literalmente. A discussão da Moção deve ser feita em torno daquilo que nós queremos para Vila Flor e abraçar, com convicção, com prioridade o que é nosso por direito. -----

O Deputado José Prodêncio (CDU), sobre a proposta apresentada pelo Deputado Pedro Santos disse concordar globalmente com a mesma. Contudo, será preciso pensar se está em tempo de ser apresentada ou se poderá e deverá ser apresentada futuramente, isto é, será preciso pensar se a Moção poderá vir a entrar alguns planos que estão em curso e se virá a criar algum conflito de interesses, nesta fase da negociação. -----

O Presidente da CMVF, esclareceu que não quer por em causa o mérito da proposta, aliás, sempre falou sobre os temas que nela são apresentados nas reuniões da *Agência Regional do Vale do Tua*. Disse concordar com o facto de a estação se chamar erradamente “Estação de Abreiro”. Deu a conhecer uma das propostas que fez à EDP para aquela zona e que tem a ver com o aproveitamento do açude que lá existe. Explicou, a este propósito, que um dos motivos porque não concordou com a construção da Barragem à cota 170, foi por que sabia que terminaria exatamente no Vieiro e aquela zona seria a “zona da terra queimada”, isto é, quando a Barragem baixa 2/3 metros, a água desaparece à volta dos 40/50 metros. Por tal, quis saber, exatamente, onde é o limite a montante da albufeira à cota 170 e 171. Há sensivelmente 2 meses, a EDP informou-o que tinha razão e que a cota 170 é 40/50



centímetros acima do tal açude que lá existia. Há, da sua parte, vontade e a *Agência Regional do Vale do Tua* tem peso quando reivindica para aquela zona uma intervenção, isto é, criar uma praia, criar um banco de água que independentemente da Barragem subir ou baixar se mantenha e que não se veja a “terra queimada”, mas a intervenção tem que ser feita nas duas margens, em conjunto. -----

Por outro lado, quis esclarecer que mesmo com a linha desclassificada, o património continua a ser do Estado. O Estado desclassificou a linha mas retirou tudo o que são imóveis dessa desclassificação. Ficaram ao serviço da *Agência Regional do Vale do Tua* mas, caso gerem negócio, o IP terá direito a 25% dessas mais-valias. Assim, não estamos perante uma desclassificação em pleno e o auto de concessão ou a concessão atribuída à *Agência Regional do Vale do Tua* para aquele troço da linha, ainda não está efetivada, existem questões que os dividem muito e uma será a de saber quem é o gestor das infraestruturas. -----

Em princípio, tudo o que seja estações e apeadeiros, serão entregues ao Operador e sempre fez muita pressão para que fosse ressalvado nas negociações e as Câmaras fossem consultadas sempre que houvesse mais material e no caso do Vieiro existe, um armazém, plataformas, instalações sanitárias e acessos que poderão ser perfeitamente utilizadas para a venda de produtos. Contudo, terá que haver sempre um entendimento com o Operador, pois será necessário que o comboio lá pare para que tudo funcione e aquela zona se torne num ponto fundamental no desenvolvimento do Vale do Tua. No Vieiro, existem várias potencialidades nas obras que lá existem e nas memórias (antigas casas dos cantoneiros, estalagem antiga, estrada romana e uma lenda acerca da ponte do diabo). O interesse será o de trabalhar em conjunto, enquanto Vale do Tua, sem discórdias, mas lutando por aquilo em que acreditamos e sempre defendeu que aquela estação terá que ter o nome do Vieiro, mas a forma como o irá fazer passará por uma postura conciliadora. -----

A Vereadora Gracinda Peixoto, disse que é da concordância de todos que o nome “Estação de Abreiro” não é justo, mas trata-se de 100 anos de história e, em sua opinião, não temos o direito de mexer na história. Considera que o nome até poderá passar para Vieiro mas deverá constar algo que conte aqueles 100 anos de história. ----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), referiu que lhe agradou a forma como o Presidente da CMVF olhou para a Moção e recordou o significado desse tipo de documentos, isto é, são documentos que recomendam a observação atenta de determinados assuntos e que caberá à CMVF, através dos seus meios, avaliar as situações e fazer os estudos necessários. A Moção em questão sublinha a importância daquela zona e das possibilidades que a mesma encerra e caberá à CMVF elaborar os estudos que entender. -----

Sobre a questão do nome, para si, a estação deveria passar a chamar-se “Estação de Vieiro”, mas compreende a posição que o Presidente da CMV acabou de explicar. No entanto, considera que Vila Flor deverá ir para as negociações com postura de campeão, convicta das suas decisões porque a razão está do seu lado e, por tal, não deve defender à partida a ideia de “Estação de Abreiro/Vieiro”. -----

Quanto à concessão, disse tudo ter a ver com um caderno de encargos que deve ser muito bem definido, onde conste, por escrito, a quem cabe a manutenção da linha, das pontes e outras questões. -----

Quanto à ideia de não se poder mexer na história, perguntou se todos sabiam e se lembravam do quanto Vila Flor fez por aquela linha, da qual 16 km já estão submersos.

Foi um trabalho de mais de 1000 homens, a trabalharem de sol a sol e que acabou "submerso". Isso, também, é mexer na história. Disse continuar a ser um defensor daquela Barragem pela reserva da água que constitui, apesar de energeticamente não tem qualquer valor. Contudo, recordando as imensas viagens que fez naquela linha, durante vários anos e a paisagem que observava, o que mais o chamou a atenção, após a construção da Barragem, foi quando viu uma fotografia, quando viu como tudo tinha ficado diferente e como se tinha mexido com a história. -----

Chamou a atenção para que ficasse refletido no caderno de encargos, com o privado, a necessidade de o comboio parar nas estações, pois caso isso não se faça estaremos sujeitos a que aconteça o que acontece com os passeios da travessia do Douro que nada trazem de benéfico à maior parte das localidades. Se no Tua, nomeadamente na linha o comboio passar e não parar, talvez não consigamos vender e potenciar produtos. -----

A Deputada Berta Carvalho (PS), disse estar de acordo com as intervenções feitas pelos Deputados Pedro Santos e José Prodêncio. Disse existir, pelas pessoas do Concelho de Vila Flor, uma ligação afetiva ao Vale do Tua e à Linha do Tua. Hoje, sente que muito foi feito para o desenvolvimento do Concelho de Vila Flor e dos outros quatro Concelhos e o Presidente da CMVF, que ultimamente tem estado na Direção da *Agência Regional do Vale do Tua*, tem tido uma preocupação enorme em salvaguardar os interesses de Vila Flor, conhece sobejamente os problemas e tenta resolvê-los. Considera que deveremos cuidar e acalantar a história, mas sabemos que ela voga muito em função das marés dos autores. Assim, a questão do nome de Abreiro nessa linha que nasceu do Tua, direta até Bragança, é a prova mais provada do caciquismo transmontano. A colocação do nome de "Estação de Abreiro", tal como agora, era uma posição *contra natura* mas, naquela altura, estavam sediadas em Abreiro famílias que mandavam e comandavam. -----

Assim, é de opinião que o correto e justo será não desistir de trazer para o nosso terreno aquilo que é nosso e se é muito importante um projeto de desenvolvimento tal como está planeado pela *Agência Regional do Vale do Tua*, deverá ser tomada uma posição de entendimento, devendo ficar em agenda, mas para cumprir, a reivindicação justa daquilo que pertence ao Concelho de Vila Flor. Disse compreender que muita gente possa estar surpreendida com a posição central e o desenvolvimento que tem acontecido em Vila Flor mas recordou que esse nasceu com o poder autárquico e não com o caciquismo. Considera que o projeto apresentado é extremamente sério e representa uma possibilidade de desenvolvimento enorme para a nossa Terra e Região, mas tem sido conseguido com muita paciência e acordos. -----

O Deputado Hernâni Teixeira (PS), considera importante que seja dada a conhecer a nossa intenção de chamar as coisas pelo nome e por tal está de acordo com a proposta do Deputado Pedro Santos. No entanto, a forma mais apropriada de a fazer caberá ao Presidente da CMVF decidir. -----

A propósito da história, referiu que quem mexeu na história, quem foi o "coveiro" da linha foi Cavaco Silva. Recordou que numa altura em que substituiu o Deputado José Prodêncio, na altura em que o Senhor Ramalho era o Presidente da CMVF, apresentou uma Moção em que alertava para o perigo do encerramento da linha porque o Sindicato dos Ferroviários tinha a certeza absoluta que a linha ia ser encerrada. Os Deputados do PSD, na altura, riram-se com essa possibilidade mas de facto as coisas aconteceram e as pessoas nada fizeram porque lhes foram prometidos outros meios

de transporte (autocarros) e passados dois meses essas promessas estavam esquecidas. O PSD há muitos anos que tem uma política de encerramento, no Distrito de Bragança e, no entanto, as pessoas continuam a votar nele. -----

O Deputado André Ferreira (PSD/CDS), sobre a Linha do Tua e da mudança de nome, considera importante que lhe seja dado o verdadeiro nome. A estação é do Vieiro, é da sua Freguesia, Abreiro está na outra margem. Se Mirandela levantar problemas nas negociações, Mirandela poderá fazer uma estação na sua margem. Sobre a história, considera que todos os dias a mudamos através da evolução que faz com que a mesma se altere. -----

O Deputado João Valério (PS), disse estar surpreendido pelo facto de em Agosto de 2016, data em que a linha foi desclassificada, ninguém se ter lembrado de falar no assunto. Referiu-se à desclassificação e à forma como se poderá tornar o ponto n.º 2 da desclassificação, que passou a ler: “ determinar que os terrenos, imóveis e equipamentos dos troços desclassificados, no número anterior, permaneçam integrados no domínio público ferroviário sob gestão das Infraestruturas de Portugal.”

O Presidente da CMVF, relembrou que se está a discutir acerca do nome da “Estação do Vieiro” porque começa a perceber-se que vai haver comboio e esse facto tem sido um trabalho importante. A construção da Barragem veio dar outra vida à linha, que em parte já se encontrava encerrada e em outras zonas muito degradada. Pediu para que ninguém duvidasse do facto de sempre ter dito aos seus Colegas e aos membros da EDP que era um escândalo o facto de aquela estação se chamar “Estação de Abreiro”. Contudo, a mudança de nome terá que ser feita numa altura oportuna e com alguma prudência mas não duvidem de que aquela estação terá que constar o nome de Vieiro. Relativamente à desclassificação da linha, o Deputado João Valério esclareceu aquilo que é referido no documento, aquilo que foi decidido em Conselho de Ministros independentemente de concordarmos ou não. Informou que há uma ação colocada pelos Ambientalistas e por uma empresa, no Supremo Tribunal de Justiça relativamente à decisão do Conselho de Ministros em desclassificar a linha, pois consideram que a linha deveria continuar a ser propriedade do Estado e tudo deveria continuar a funcionar como na altura anterior à construção da Barragem. -----

Sobre a ideia de as Barragens não serem necessárias para efeitos energéticos, disse não concordar. Recordou, no entanto, que a CMVF foi contra a construção da Barragem á cota 170. Vila Flor queria uma Barragem mais alta porque em termos energéticos elas têm um valor brutal. Explicou que a única forma que há de produzir energia elétrica a pedido é a hídrica, não há outra forma. Quando vamos buscar muita energia à rede e é preciso repor energia, só há uma forma de o fazer: carregar no botão, abrir a comporta e pôr a turbina a funcionar. Se perguntarem qual é o valor disso, referiu que a energia é como a bolsa, o seu valor oscila de uma forma brutal, mas para a economia do País é muito importante que não importemos energia e que sejamos nós a produzi-la. Outra questão é essa produção ser feita por uma Empresa que foi totalmente privatizada e aí não pode concordar. Contudo, uma Barragem não pode ser avaliada pela quantidade de energia que produz, mas pela possibilidade de injetar energia na rede quando é necessário sem que tenhamos que importar energia cujos preços são esmagadoramente maiores. -----

Sobre pontos de interesse, referiu que o problema na praia fluvial do Vieiro não se trata de pedir aos funcionários da CMVF para fazerem o projeto, mas conseguir que a EDP tenha a obrigação de nos fazer essa obra e que a assuma como uma compensação

ao Concelho de Vila Flor e Mirandela. Disse concordar com o Deputado Pedro Santos no que toca à importância de se conseguir que aquele fluxo de turistas passe a ter uma paragem obrigatória no Vieiro e porque não em Abreiro. No entanto, para tal é preciso construir essa paragem e por isso a CMVF nunca concordou que o armazém existente no Vieiro fosse entregue ao Operador. Para além do Vieiro, existem outros pontos de interesse: a “Estação do Tua”, as “Caldas de S. Lourenço”, a aldeia Amieiro, as “Caldas de Carlão”, o Cachão e Mirandela, isto é, existe concorrência, o que faz com que tenhamos a noção de que deveremos ser atrativos para que consigamos atrair os turistas, mas também não deveremos esquecer que somos o Concelho que tem mais troço de linha e aquele em que o Tua se mantém tal e qual como há 130 anos atrás. ---

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), considera que o Presidente da CMVF referiu alguns dados importantes, nomeadamente os pontos de interesse e as dificuldades que se sentem de captar para Vila Flor. Considera que Vila Flor deverá levar para as negociações uma atitude positiva e tentar tirar o maior número de dividendos da passagem do comboio. Caso não se consiga atrair através do património público, a CMVF poderia através da aquisição de terrenos particulares, tentar criar um espólio ou museu, sendo um argumento para que as pessoas parassem para ver, por exemplo, o espólio da Artista Graça Morais. Em sua opinião, este último facto poderá constituir o argumento de maior peso para que o comboio pare em uma das três estações do Concelho de Vila Flor. -----

O Presidente da CMVF, disse não concordar com a última intervenção do Deputado Pedro Santos porque Vila Flor tem todos os trunfos para que aquela estação seja uma das mais importantes. Em primeiro lugar, é uma das primeiras portas de entrada da linha do Tua, com excelentes acessos, tem uma localização e praia belíssima, a Escola Primária onde andou Graça Morais está requalificada e o “Encontro das Artes Graça Morais” que irá ser construído em Vila Flor. Reforçou, uma vez mais, que nunca concordou com a construção da Barragem à cota 170 porque se tivesse sido construída à cota 180/195, provavelmente, as zonas com maior peso em termos de Estação, que iriam permitir a ligação entre a rodovia, a ferrovia e o barco, situar-se-iam no Concelho de Vila Flor. -----

O Presidente da AMVF, recordou que a CMVF, na altura, foi a favor da construção da Barragem a uma determinada cota, mas o Presidente da CMVF – Artur Pimentel foi absolutamente contra sua construção e os seus Colegas de Mirandela e Carrazeda de Ansiães eram a favor. Contou que o processo já estava em andamento e, enquanto cidadão, chegou a assinar uma proposta feita por Ambientalistas, entregue na Presidência da República. Hoje, como cidadão, considera que Vila Flor aproveitou e está a aproveitar muito bem a situação já que não foi mantido o comboio na belíssima paisagem como considera que deveria ter sido feito. -----
Colocou a Moção a votação. -----

VOTAÇÃO -----

Aprovada por unanimidade. -----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS -----

O Deputado José Prodêncio (CDU), referiu fazer naquele momento a sua intervenção porque assim consta no Regimento da AM, caso contrário fá-la-ia no final da sessão. Passou a fazer a seguinte comunicação: “Depois de mais de 20 anos eleito como Membro da Assembleia Municipal, cujo período contou com três Presidentes do Município: Alfredo Ramalho, Pimentel e Barros, decidi hoje terminar as funções de

Eleito Local e divulgar publicamente de que não serei candidato nas próximas eleições a nenhum Órgão do Poder Local. Poderia anunciar esta decisão na última sessão do mandato, mas faço-o agora para permitir que um dos Membros a seguir da lista por que fui eleito possa assumir as funções e inteirar-se do funcionamento deste Órgão. Ao longo destes mais de 20 anos, dei o meu modesto contributo para ajudar a melhorar as condições de vida dos nossos cidadãos. Fi-lo com toda a dedicação e o melhor que sei e pude. Outros poderão fazer melhor, mas já diz o velho adágio popular “depois de nós virá, quem bom de nós fará”. Naturalmente, no calor da discussão, em prol destes objetivos podia ter sido um pouco contundente e até, por vezes, agressivo mas na democracia é assim mesmo, liberdade de opinião respeitando a opinião dos outros. Quero, todavia, deixar bem claro que nunca foi meu propósito ofender ninguém pessoalmente mas apenas e só lutar por objetivos em que acredito, luta que se desenvolve apenas no plano político. Contrariamente aquilo que alguns pensam a AM é o Órgão mais importante do Município e tanto assim é que a reprovação de alguns documentos apresentados pela CM pode condicionar o seu funcionamento. Assim sendo, os seus Membros deverão estar preparados para, em consciência, analisar e votar documentos que se revelem fundamentais para o regular funcionamento do Município. Ora, norteado por estes princípios porque não tenho tempo disponível para analisar com profundidade muitos documentos que requerem séria atenção, de forma a decidir com justeza, entendi, exatamente para ficar bem com a minha consciência, tomar a decisão que aqui Vos anuncio. Desde sempre foi o dever de cidadania que me levou a abraçar a intervenção na vida política e nunca benefícios económicos ou financeiros porque a minha sobrevivência económica, da minha família e dos meus colaboradores nunca dependeu da política, mas apenas do meu trabalho. Não sou político profissional, contudo, não abduco, nem abdicarei dos meus direitos de cidadania, assim como sempre defenderei todos os cidadãos a quem sejam negados. Vivemos num Estado de Direito e a defesa da democracia é um dever de todos os cidadãos. Resta-me agradecer a todos pela paciência que tiveram para me ouvir ao longo destes anos e desejar-lhes que exerçam e terminem o Vosso mandato com a dignidade que a função exige.” -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), disse ainda faltar algum tempo para as despedidas, mas está certo de que irá haver algumas despedidas na AM de Julho ou Setembro. Em seu nome e em nome da sua Bancada desejou-lhe o maior dos sucessos pessoais e deixou-lhe uma nota de reconhecimento político, apesar de não viver da política e ter um percurso profissional que todos reconhecem, quis dizer-lhe que enquanto colegas na AM, de Bancadas diferentes, o Deputado José Prodêncio trouxe muitos contributos à AM, promoveu a discussão, promoveu o debate e, de facto, todo o cidadão que exerça o seu dever cívico merece uma palavra justa e por isso da sua parte só lhe pode desejar muitas felicidades e solidariedade. -----

A Deputada Berta Carvalho (PS), referiu que é do confronto das ideias que surgem as grandes obras e ao Deputado José Prodêncio quis dizer-lhe: “faz falta”. -----

O Deputado Joni Ledo (BE), disse que ao longo dos oito anos que esteve na AM, nem sempre esteve ao lado do Deputado José Prodêncio, principalmente no primeiro mandato, mas ao longo do tempo teve oportunidade de o conhecer melhor e quis agradecer-lhe por tudo o que lhe ensinou, pois de facto foi umas das pessoas, na AMVF, com quem muito aprendeu. Por tal, vai deixar saudade e por muito que reconheça que nas várias Bancadas existem Deputados que fazem um excelente

trabalho e apesar de não concordar com muitas das posições do Deputado José Prodêncio, acha que é a pessoa para quem mais olha no desenvolver das suas funções enquanto Deputado Municipal porque acha que cumpre com hombridade, com dignidade e com espírito de missão. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Vale Frechoso – José Carmino (PS) – disse ter sido surpreendido pela situação do Deputado José Prodêncio e pela comunicação que acabou de fazer. Desde já, quis dizer-lhe que nem sempre estiveram de acordo mas sempre teve consideração pelo Deputado José Prodêncio e pelas suas atuações. Agradeceu tudo aquilo que o Deputado José Prodêncio fez por todos e pela AMVF. -----

A Presidente da União de Freguesias de Valtorno/Mourão – Alexandra Araújo (PS), afirmou ter aprendido com vários Deputados na AMVF, mas leva bastante aprendizagem dos discursos do Deputado José Prodêncio, da sua postura e, por tal, quis manifestar o seu pesar pela decisão que tomou. Considera que vai fazer muita falta na AMVF, espera que o Deputado José Prodêncio continue a ser ativo na AM e que esteja presente sempre que lhe seja possível. -----

O Presidente da CMVF, disse conhecer o Senhor José Prodêncio há aproximadamente 50 anos. Nutre por ele uma estima, consideração e amizade pessoal. Enquanto político, enquanto Deputado na AMVF quis dizer-lhe que no seu entender não deveria tomar aquela atitude porque considera que é uma mais-valia na AM. Sempre foi um homem leal, correto, com convicções, frontalidade e com uma grande capacidade de intervenção na defesa daquilo em que acredita. Considera que é um Vila-florense exemplar e, apesar de não ter nascido em Vila Flor, sempre defendeu os interesses desta Terra, considera-o um exemplo de vida política em Vila Flor e espera que continue a ser seu amigo. -----

O Presidente da AMVF, informou da entrega, por parte do Deputado Pedro Santos e assinada por todos os Deputados presentes na sessão, de uma proposta com a seguinte redação: “ Propomos uma menção honrosa ao Deputado José Albino Prodêncio pela dedicação, em prol da sociedade. Foram 20 anos enquanto Deputado Municipal e enquanto promotor da Democracia nestes 40 anos do Poder Local Democrático”. -----

O Presidente da CMVF, informou que a Proposta é, também, subscrita na íntegra por todo o Executivo Camarário. -----

VOTAÇÃO -----

A Proposta foi votada e foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da AMVF, referiu que sente, da mesma forma que os Deputados Municipais, a perda do Senhor Prodêncio como Deputado da AM. Foram muitos anos dedicados a Vila Flor, é muita experiência e pensa que, mesmo em relação a todos os que fazem parte da AMVF, que há incomensuravelmente mais coisas que os unem do que aquelas que os separam. No fundo, o que os une é Vila Flor e o Senhor Prodêncio deu durante todos esses anos um contributo muito grande para o enriquecimento, para que Vila Flor fosse efetivamente maior. Na AM foi um dos Deputados mais ativos e tem muita pena em vê-lo partir.-----

Quis traduzir o sentimento daquele momento através de um abraço. -----

O Deputado José Prodêncio (CDU), agradeceu a honra que lhe foi dada nas palavras que lhe foram dirigidas por todos e continuará a tentar ajudar para que tudo funcione.

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), fez a sua intervenção política centrando-se numa preocupação. Em sua opinião, o ano de 2017, vai ser um ano terrível quer ao

nível da política nacional como local. As políticas e decisões tomadas a nível nacional, irão ter consequências para Vila Flor e par as suas gentes. Deu, como exemplo, o aumento do salário mínimo nacional, decisão com a qual concorda ideologicamente, mas enquanto auditor/gestor tem algumas reservas. Todos sabem que em Concelhos com a dimensão de Vila Flor as Entidades que empregam mais gente são a CM e a Santa Casa da Misericórdia e aquela decisão irá ter um impacto brutal. Muitas Empresas e Instituições atualmente têm resultados na “corda bamba”, outras resultados negativos e muitas com dificuldades financeiras. Disse estar preocupado com aquela decisão e no impacto no gasto geral que a mesma terá, principalmente ao nível das “Santa Casa da Misericórdia”, espalhadas de Bragança até Faro. Em quase todos os Concelhos aquela medida resultará num impacto que ronda os 50 a 70 mil euros a mais. Para si, o problema reside naquelas que não tenham forma de equilibrar esse buraco através das suas receitas, pois o Ministério da Segurança Social tem cada vez menos dinheiro para transferir para essas Entidades e os custos, por sua vez, a aumentarem porque é Lei e os buracos financeiros, a cada ano que passa, cada vez maiores. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PONTO NÚMERO UM -----

EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO. -----

APROVAÇÃO DE ATA. -----

O Presidente da AM colocou a votação a Ata Número Dezoito que foi aprovada por unanimidade. -----

EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES. -----

O Presidente da AMVF, informou da receção por parte da AM de Viseu de uma “Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu, designando-os por “Universidades Politécnicas” ou “Universidades de Estudos Avançadas” de modo a poderem atribuir o grau de Doutor”; convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor para o “3.º Raid Todo o Terreno”; convite da CIM-TTM para a sessão de apresentação do “Programa Nacional para a Coesão Nacional”; Convite da Associação Nacional das Assembleias Municipais para a Reunião da Assembleia Geral. Deu conta, ainda, da distribuição da informação obrigatória relativamente aos encargos plurianuais aprovados pela AM, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, dos pagamentos efetuados até 24/02/2017 e da declaração em como todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro de 2016 se encontram devidamente registados na sua contabilidade. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO. -----

Não houve nada a registar neste ponto. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO NÚMERO 2, ALÍNEA C) DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), neste ponto referiu-se a uma ocorrência que aconteceu em várias localidades, nomeadamente em Vilas Boas e Freixiel que estiveram sem luz num determinado dia, desde as 16 horas até às 23 horas. Disse

saber que esse assunto foi falado em Reunião de Câmara, mas entende que deva ser referido na AM. Gostaria de saber se o Executivo já tem alguma resposta/esclarecimento por parte da EDP. Considera que já é difícil combater a atratividade de sair para o litoral, de combater a desertificação e como é possível localidades, em pleno inverno, ficarem sem luz durante quase um dia. Há muita gente a aquecer-se e a cozinhar com aparelhos elétricos e em pleno século XXI acontecer algo do género é inaceitável. Sabe que não é da responsabilidade da CMVF, mas gostaria que constasse da sua agenda de trabalhos o assunto. -----

O Presidente da CMVF, explicou que a CMVF, de forma reiterada, tem feito chegar aos responsáveis da EDP as dificuldades que têm ocorrido. A avaria aconteceu junto ao “Restaurante Galo”, a CMVF comunicou por escrito a ocorrência e manifestou a necessidade de que a situação seja resolvida. Preocupa-o o facto de lhe terem feito sentir que serão precisos grandes investimentos no ramal que abastece, a partir da subestação do Tua, o Concelho de Vila Flor, uma parte do Concelho de Alfândega da Fé e Mirandela. Há nessa linha muitas fragilidades e é precisa uma intervenção forte da EDP. Referiu que por parte da EDP ainda não houve resposta à comunicação que fez por escrito, mas vai ter uma reunião, em breve, com o Responsável Regional da EDP. Irá fazer sentir, uma vez mais, a dificuldade que existe no Concelho de Vila Flor e a forma como frequentemente acontecem alguns problemas no abastecimento, sobretudo quando há trovoadas. -----

O Primeiro Secretário da Mesa – Deputado Abílio Evaristo – recordou que há sensivelmente um ano o “índice de transparência” não revelava que a CMVF fosse “séria”. Este ano, ao que parece a CMVF já é “séria” e por tal pediu ao Presidente da CMVF que explicasse como é que tal aconteceu. -----

O Presidente da CMVF, recordou que em 2016 a CMVF ocupava o lugar 305º no “índice de transparência” e este ano subiu 254 lugares (posição 51º), o que mereceu por parte da Comunicação Social algumas referências jornalísticas por ter sido a CM que mais recuperou. Contudo, a CM continua a mesma, apenas se remodelou o *site* do Município e fez um pouco de pressão junto de um grupo de funcionários para que a informação fosse lá colocada. À informação disponibilizada aos Municípios chama-se “índice de transparência”, mas nada tem a ver com a transparência de contas, corrupção, apenas se trata da capacidade de informar as pessoas. Acrescentou, ainda que a qualidade da informação, também, não é importante, pois a avaliação é feita através da existência, ou não de um determinado número de aspetos que fazem parte de uma *checklist*. Para si, o mais importante foi o facto de o *site* ter ficado muito mais atrativo e com maior informação. Caberá agora à CMVF a responsabilidade de manter a posição e até melhorar. -----

O Presidente da AMVF, acerca desse assunto quis reforçar a ideia de que o “índice de transparência” nada tem a ver com a corrupção. Refere-se à informação colocada nos *sites* das CM e é por tal que acertando essa informação é possível subir tantas posições no *ranking*. A CM foi sempre a mesma, o Presidente geriu-a bem durante os quatro anos e é por esse facto que o Presidente da ANMP já veio referir, a público, que o “índice de transparência” não tem muito interesse no que toca à avaliação da competência das CM. -----

O Presidente da CMVF, quis referir que não pode concordar totalmente com o Presidente da AMVF porque há um trabalho que foi feito no que toca à prestação de informação aos Municípios que é de valorizar. De acordo com os dados, Vila Flor

(Handwritten marks: a large blue flourish, a circled 'A', and a 'B' with a line through it)

pertence aos 17 melhores Municípios do País. Com o que nunca concordou foi com o chamado "índice de transparência", pois trata-se de uma transparência na informação prestada, não nos atos do Município. -----

O Presidente da AMVF, referiu considerar que a posição do Presidente da CMVF foi a correta. Contudo, aquilo que contesta é o esquema em si, pois considera trata-se de um processo pouco interessante para a avaliação da transparência numa CM. -----

O Presidente da CMVF, disse concordar com a ideia do Presidente da AMVF mas não pode deixar de valorizar todo o trabalho e melhorias que foram efetuadas. O que o motivou a pressionar para que o referido índice melhorasse foi no sentido de dar a conhecer aos Municípios aquilo que se faz, apesar de os procedimentos continuarem a ser os mesmos, continuarem a ser feitos com a mesma seriedade. -----

O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS), quis reconhecer a coerência na posição do Presidente da CMVF, pois no ano anterior, quando a sua Bancada criticava, teve a mesma postura. Deixou uma outra nota de satisfação ao Executivo por se ter esforçado em melhorar, pois é uma obrigação do Executivo prestar informação no dever de funções públicas. Não se trata de querer ou apetecer, é um dever e o Executivo fê-lo muito bem, isto é, esforçou-se para melhorar e subir no *ranking*. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2017. -----

O Presidente da CMVF, explicou que é intenção da CMVF colocar a funcionar uma segunda equipa de Sapadores (5 membros). A CMVF já fez o pedido ao ICNF, que pensa que irá ser autorizado, mas, para a sua constituição, a CMVF necessita que a AMVF aprove a alteração ao Mapa de Pessoal. -----

VOTAÇÃO -----

O Ponto Número Quatro foi aprovado por unanimidade. -----

Nada mais havendo a declarar, o Presidente AMVF deu a palavra ao Deputado José Prodêncio que procedeu ao encerramento da sessão, da qual se lavrou a presente ata.-

Presidente da Mesa _____

1.º Secretário _____

2.º Secretário _____

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES (1924-2017)

Mário Soares nasceu em Lisboa, a 7 de Dezembro de 1924. As ações políticas que encetou contra o Estado Novo desde os tempos de estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tiveram como consequência ter sido preso 13 vezes pela PIDE (polícia política) e ainda ter sofrido, em 1968, uma deportação para São Tomé. Tendo concluído, em 1951, a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas iniciou, na mesma Universidade, o Curso de Direito, tendo-o concluído em 1957. Como advogado, defendeu, em tribunais plenários, inúmeros opositores ao regime. Devido às constantes perseguições que a polícia política lhe fazia, viu-se obrigado, em 1971, a refugiar-se em Paris. Foi um dos fundadores, em 1973, do Partido Socialista, do qual foi o primeiro secretário-geral. Regressou a Lisboa em 1974, logo após o derrube do regime, tendo sido chamado a desempenhar as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, no âmbito das quais desenvolveu negociações conducentes à independência das colónias portuguesas. Demitiu-se do cargo em Março de 1975, passando a ocupar um ministério sem pasta. Volvidos dois meses, demitiu-se, igualmente, deste cargo. Foi primeiro-ministro de 1976 a 1978 e de 1983 a 1985. Negociou, de 1977 a 1985, com pleno sucesso, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (atual União Europeia). Foi presidente da República dois mandatos sucessivos, de 1986 a 1996, tendo iniciado as chamadas *presidências abertas*, durante as quais percorreu muitas regiões do país, auscultando diretamente as aspirações e as reclamações populares, dando assim início a uma nova postura presidencial. Desempenhou, posteriormente, as funções de eurodeputado no Parlamento Europeu. Nos últimos anos da sua vida, dedicou-se à escrita, à coordenação da Fundação a que deu o seu nome e à intervenção em inúmeros congressos e debates. Faleceu a 7 de janeiro de 2017, com 92 anos de idade, no Hospital da Cruz Vermelha, em Lisboa.

Reunida em sessão plenária, a Assembleia Municipal de Vila Flor delibera:

- Registrar com tristeza o falecimento de Mário Soares, transmitindo à sua família, em especial aos filhos, João Soares e Isabel Soares, o seu mais profundo pesar.

Vila Flor, 27 de fevereiro de 2017

Membros da Assembleia Municipal



Moção: "Vila Flor e o Tua"

A Construção da Barragem do Tua vem por fim a linha outrora erguida por cerca de 1500 operários e mais de uma centena de animais, que de sol a sol, por mais de 1.000 dias penosos e árduos ligaram o Douro a Mirandela pelas escarpas altas e lisas da garganta do Tua.

A linha do Tua foi a primeira via-férrea a penetrar a região de Trás os-Montes. Este troço foi inaugurado em 27 de setembro 1887 com a visita do Rei de Portugal Luís I. A Linha do Tua comemorava este outono, 130 anos de existência.

Este troço foi trilhado por três concelhos, Carrazeda de Ansiães (8 apeadeiros), Vila Flor (3 apeadeiros) e Mirandela (4 apeadeiros). Curioso que dos três apeadeiros do concelho de Vila Flor, apenas dois referem o nome das localidades de Vila Flor, nomeadamente Ribeirinha e Vilarinho das Azenhas. No Vieiro, por razões de ordem alheia e de uma tremenda injustiça para com os Vilafloresenses, foi dado o nome de "Estação de Abreiro", uma localidade do concelho de Mirandela, situada a mais de 1 quilómetro e meio da margem oposta do rio. Ao longo dos 120 anos de vida deste troço, nunca houve qualquer correção deste facto.

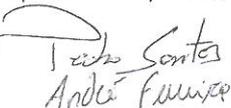
Com a construção da Barragem do Tua e com a resolução do Conselho de Ministros que desclassificou a linha do Tua (Troço Tua-Brunheda já inundada e Troço Brunheda-Mirandela, em fase de requalificação), esta passou a ser da responsabilidade/pertença das Autarquias Locais, nomeadamente da Agencia do Vale do Tua. O destino agora traçado para este troço está centrado numa componente de desenvolvimento económico, social e turístico da região.

Assim o Município de Vila Flor deve estar empenhado:

- 1) na requalificação e valorização das três estações de caminho-de-ferro do nosso concelho, por serem um ponto de entrada de turistas em Vila Flor;
- 2) Tendo em conta a relevância da estação que cruza com a Estrada Nacional 314 - Ponte de Abreiro que liga o concelho de Vila Flor ao concelho de Mirandela, e sendo a primeira estação/apeadeiro de chegada ao concelho de Vila Flor, haja um empenho do Município em requalificar toda aquela zona ribeirinha, promovendo um cais de chegada aos turistas, com equipamentos sociais e económicos, que permitam a promoção dos produtos da nossa terra e o desenvolvimento económico e social do Concelho, nomeadamente um espaço que contemple um restaurante, uma espaço para promover os produtos regionais, equipamentos de lazer, como um parque de merendas, um cais para barcos de recreio, desportos náuticos, entre outros;
- 3) que o nome da antiga estação denominada de "Estação de Abreiro" passe a chamar-se "Estação do Vieiro".

Assembleia Municipal de Vila Flor, 27 de fevereiro de 2017

Os Subscritores:


Rui Santos
André Figueira